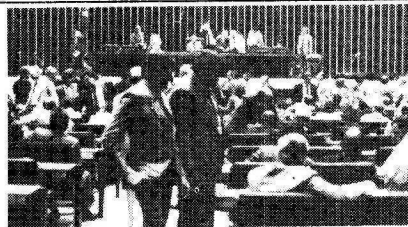


POLÍTICA

O senador José Fragelli, presidente do Senado e do Congresso, está estudando uma idéia muito simples para tentar evitar o esvaziamento das sessões conjuntas do Congresso: não abrir os trabalhos dessas sessões se não houver o **quorum** regimental, ou seja, um mínimo de 11 senadores e 96 deputados em plenário.

Por enquanto não há nenhuma decisão nesse sentido, mas Fragelli disse ser contra o simples corte dos **jetons** dos parlamentares ausentes por considerar "difícil saber quem vai colocar o guizo no gato. Mais fácil seria não realizar as sessões sem a obediência às exigências do regimento interno de cada uma das Casas e do regimento comum do Congresso". Sua idéia é pagar os **jetons** aos parlamentares que comparecerem, mesmo que as sessões não sejam realizadas.

Fragelli não pensa em estender a medida ao Senado porque lá o **quorum** tem sido alcançado sem muitas dificuldades. O senador



Na Câmara, maior comparecimento.

JETONS

**Fragelli
já pensa em
suspender
as sessões**

Fernando Henrique Cardoso, candidato a prefeito de São Paulo, antecipou-se ontem, no entanto, e so-

licitou formalmente ao presidente do Senado que não pague os **jetons** correspondentes às sessões em que não comparecer. Ele explicou que com a campanha pela prefeitura torna-se difícil participar das sessões "com a assiduidade que sempre tive".

A decisão não implica, porém, que o senador Fernando Henrique estará ausente de todas as sessões. Ele disse ter-se comprometido com a liderança do PMDB a comparecer sempre que convocado, para o caso de alguma decisão importante. Seu suplente é o atual prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães.

Três dos 33 deputados candidatos às eleições municipais de 15 de novembro pediram licença, assumindo os respectivos suplentes: Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), de São Paulo; Dante de Oliveira (PMDB-MT), de Cuiabá; e Maurício Campos (PFL-MG), de Belo Horizonte.

Os outros candidatos que conti-

nuam no exercício do mandato parlamentar e, portanto, sujeitos ao corte dos **jetons**, são os seguintes: Paes de Andrade (PMDB), Antônio Moraes (PTB) e Lúcio Alcântara (PFL), de Fortaleza; Levi Dias (PFL) e Sérgio Cruz (PDT), de Campo Grande; Ademar Santillo (PMDB), de Anápolis (GO); Victor Faccioni (PDS), de Porto Alegre; Rubem Medina (PFL), Jorge Leite (PMDB), senador Roberto Saturnino (PDT), Fernando Caryvalho (PTB), Clemir Ramos (PDS), Álvaro Valle (PL), do Rio — além de Sebastião Nery (PS), candidato a vice-prefeito; Jackson Barreto (PMDB), Gilton Garcia (PDS), de Aracaju; França Teixeira (PFL), de Salvador; Djalma Falcão (PMDB), de Macaé; Sérgio Murilo (PMDB), Jarbas Vasconcelos (PSB), Roberto Freire (PCB), de Recife; Carneiro Arnaud (PMDB), de João Pessoa; Wall Ferraz (PMDB) e Jonas Nunes (PDT), de Teresina; Jaime Santana (PFL), de São Luiz; Coutinho Jorge (PMDB) e Dionísio Hage (PFL), de

Belém; e Francisco Erse (PFL) de Porto Velho.

Pressões

Outra questão que vem preocupando senadores e deputados é a pressão exercida a partir das galerias. E os parlamentares estão estudando fórmulas para evitar que essas pressões paralise suas atividades.

O problema ressurgiu com força depois da atuação do agressivo **lobby** dos vereadores, terça-feira passada, em luta pelo aumento de seus subsídios. Nesse dia, o deputado José Machado (PDS-MG) quase foi agredido fisicamente, por pronunciar-se contra o interesse dos vereadores, fato que sensibilizou ainda mais os parlamentares.

A preocupação com as galerias, no entanto, é antiga. No governo Figueiredo, por exemplo, durante as sessões que apreciavam matérias polêmicas, podiam ser vistos misturados a claqueos do PMDB policiais ou recrutas das Forças Armadas, para contraba-

lançar a torcida. Na gestão de Flávio Márcilio na presidência da Câmara, ele chegou a examinar restrições à entrada de populares no edifício e a pedir ao arquiteto Oscar Niemeyer que estudasse a colocação de uma divisória de vidro para impedir que os gritos das galerias atrapalhassem as sessões ou que os assistentes jogassem objetos como pedaços de poltrona e até um canivete, como aconteceu durante a votação da anistia.

Essas idéias não foram em frente, porém, por falta de interesse do Senado e do próprio PMDB, que tinha as galerias a seu favor porque combatia o regime militar. Hoje tudo mudou e as opiniões contrárias às manifestações das galerias são praticamente unânimes entre os parlamentares. A grande preocupação é com o que poderá ocorrer na votação da nova Constituição e o senador Nelson Carneiro (RJ) já apresentou sua solução para o impasse: o estabelecimento de votação secreta.